



# Demonstrações Financeiras

2º trimestre 2024



## Sumário

Balanços Patrimoniais .....	3
Demonstrações dos Resultados.....	4
Demonstrações dos Resultados Abrangentes.....	4
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	5
Demonstrações do Valor Adicionado .....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	7
1. Contexto operacional .....	8
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras .....	8
3. Políticas contábeis e correção de erros .....	11
4. Caixa e equivalentes de caixa .....	11
5. Clientes .....	13
6. Créditos tributários.....	14
7. Ressarcimento de pessoal cedido a órgãos externos .....	15
8. Créditos diversos .....	15
9. Ativo não circulante mantido para venda .....	15
10. Depósitos judiciais e recursais.....	16
11. Créditos realizáveis a longo prazo .....	16
12. Imobilizado .....	16
13. Intangível.....	18
14. Consignações .....	18
15. Tributos e encargos sociais.....	19
16. Obrigações a pagar.....	19
17. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas.....	20
18. Benefícios a empregados.....	20
19. Participação nos lucros ou resultados .....	21
20. Dividendos e juros sobre capital próprio.....	21
21. Outras obrigações.....	22
22. Obrigações tributárias.....	22
23. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais .....	22
24. Benefício a empregados - Pós-emprego .....	25
25. Patrimônio líquido.....	25
26. Resultado do exercício.....	26
27. Partes relacionadas .....	34
28. Outras notas explicativas .....	38
29. Condições específicas do Serpro .....	39

## Balancos Patrimoniais [em R\$ mil]

Ativo	NE	Jun/2024	Dez/2023
<b>Circulante</b>		<b>3.008.935</b>	<b>2.780.076</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.557.409	1.975.185
Ativos financeiros		1.437	1.039
Créditos a receber		1.429.435	802.041
Clientes	5	1.094.634	608.287
Créditos tributários	6	157.310	100.141
Ressarcimento de pessoal	7	72.099	57.616
Créditos diversos a receber	8	105.392	35.997
Outros Ativos		523	149
Ativos mantidos para venda	9	20.131	1.662
<b>Não Circulante</b>		<b>1.923.468</b>	<b>2.017.121</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>1.085.759</b>	<b>1.080.658</b>
Depósitos judiciais e recursais	10	429.439	417.579
Ressarcimento de pessoal	7	272.294	279.825
Créditos tributários diferidos		266.263	268.869
Créditos realizáveis a longo prazo	11	117.439	114.060
Outros ativos		324	325
Imobilizado	12	762.497	842.561
Intangível	13	75.212	93.902
<b>Total do Ativo</b>		<b>4.932.403</b>	<b>4.797.197</b>

Passivo	NE	Jun/2024	Dez/2023
<b>Circulante</b>		<b>987.646</b>	<b>1.018.624</b>
Consignações	14	58.907	67.000
Tributos e encargos sociais	15	107.416	128.647
Depósitos diversas origens		889	891
<b>Obrigações a pagar</b>	16	<b>820.434</b>	<b>822.086</b>
Fornecedores		214.970	279.520
Pessoal	17	503.964	390.644
Benefícios a empregados	18	24.163	15.263
Participação nos lucros ou resultados	19	1.411	28.565
Juros sobre capital próprio	20	73.798	107.059
Outras obrigações	21	2.128	1.035
<b>Não Circulante</b>		<b>1.857.482</b>	<b>1.842.355</b>
Obrigações tributárias	22	64.982	60.982
Provisões trabalhistas, cíveis, admin e fiscais	23	1.085.542	1.095.244
Benefícios pós-emprego	24	706.462	685.633
Outras obrigações		496	496
<b>Patrimônio Líquido</b>	25	<b>2.087.275</b>	<b>1.936.218</b>
Capital		1.786.196	1.786.196
Reservas		391.904	543.034
Reservas de reavaliação		91.678	92.926
Reservas de lucros		128.472	128.472
Reservas de retenção		171.754	321.636
Outros resultados abrangentes		(389.779)	(393.012)
Lucros/Prejuízos acumulados		298.954	-
<b>Total do Passivo</b>		<b>4.932.403</b>	<b>4.797.197</b>

## Demonstrações dos Resultados [em R\$ mil]

		Jun/2024	Jun/2023
Receita operacional líquida	26.2	1.779.290	1.479.852
Custo dos serviços prestados	26.3	(997.187)	(890.242)
<b>Lucro bruto</b>		<b>782.103</b>	<b>589.610</b>
Despesas/Receitas operacionais	26.3	(457.698)	(479.520)
Despesas com vendas		(158.018)	(107.355)
Despesas gerais e administrativas		(283.105)	(370.064)
Outras despesas e receitas operacionais		(16.575)	(2.101)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>324.405</b>	<b>110.090</b>
Resultado financeiro	26.4	98.638	97.569
Receitas financeiras		109.663	116.689
Despesas financeiras		(11.025)	(19.120)
<b>Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>423.043</b>	<b>207.659</b>
Imposto de renda e contribuição social	26.5	(51.539)	(36.457)
Correntes		(66.191)	(53.072)
Diferidos		14.652	16.615
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>371.504</b>	<b>171.202</b>

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes [em R\$ mil]

	Jun/2024	Jun/2023
Resultado Líquido do Período	371.504	171.202
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	3.235	2.347
Ajustes de Instrumentos Financeiros	398	7
Tributos Diferidos sobre EFPC Serpros	2.085	714
Tributos Diferidos sobre PAS/Serpro	752	1.626
<b>Resultado Abrangente no Período</b>	<b>374.739</b>	<b>173.549</b>

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa [em R\$ mil]

Atividades Operacionais	Jun/2024	Jun/2023
<b>Lucro antes da tributação do IR e CS</b>	<b>423.043</b>	<b>207.660</b>
Depreciação e amortização	103.686	89.295
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31.379	12.514
Provisão acordo coletivo de trabalho	31.315	33.105
Provisões trabalhistas, fiscais, cíveis e administrativas	(61.493)	9.731
Provisões benefício pós-emprego	20.828	(10.200)
Resultado de <i>softwares</i> desenvolvidos	0	(5.452)
Resultado Receita a Faturar (CPC 47)	(11.882)	(10.682)
Receitas Financeiras	(3.379)	0
Reversão de Provisões tributárias	0	0
Resultado na alienação e baixa de imobilizado	16.523	(302)
<b>Lucro ajustado</b>	<b>550.020</b>	<b>325.669</b>
<b>Variação em ativos e passivos operacionais</b>	<b>(608.726)</b>	<b>(112.339)</b>
Contas a Receber	(510.006)	(72.860)
Pessoal a Pagar	63.750	48.448
Fornecedores	(64.550)	(58.310)
Outras variações do imobilizado	28.827	53.503
Outras variações	(126.747)	(83.120)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(51.848)	(15.471)
Juros Pagos	6.657	12.921
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(103.897)</b>	<b>210.780</b>
Imobilizado	(45.023)	(160.960)
Intangível	(5.259)	(7.988)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>(50.282)</b>	<b>(168.948)</b>
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(263.598)	(486.613)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(263.598)</b>	<b>(486.613)</b>
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa no período</b>	<b>(417.777)</b>	<b>(444.781)</b>
<b>Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.975.186</b>	<b>1.860.743</b>
<b>Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.557.409</b>	<b>1.415.962</b>

## Demonstrações do Valor Adicionado [em R\$ mil]

Geração do Valor Adicionado	Jun/2024	Jun/2023
Receitas	1.969.429	1.724.414
Receita Operacional Bruta	2.019.900	1.757.607
Resultado com créditos a receber	(31.379)	(12.514)
Descontos Concedidos	(2.577)	(202)
Vendas Canceladas	(17.763)	(20.819)
Outros valores (AEA e Realiz. Reservas)	1.248	342
Insumos adquiridos de terceiros	(318.328)	(288.218)
Valor adicionado bruto	1.651.101	1.436.196
Retenções	(72.448)	(127.699)
Depreciações e Amortizações	(103.686)	(89.295)
Resultados com Ações Judiciais	31.238	(38.404)
Valor adicionado líquido	1.578.653	1.308.497
Recebido de terceiros	109.663	116.689
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.688.316</b>	<b>1.425.186</b>
Distribuição do valor adicionado	Jun/2024	Jun/2023
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios)	<b>980.130</b>	<b>895.921</b>
Governo (Impostos e Contribuições)	<b>324.938</b>	<b>341.979</b>
Capitais de Terceiros	<b>3.839</b>	<b>2.821</b>
Acionistas (Dividendos juros e JCP)	80.456	82.224
Lucros Retidos	298.953	102.241
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>1.688.316</b>	<b>1.425.186</b>

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido [em R\$ mil]

	Capital	Reavaliação	Legal	Retenção	Divid. Adic.	Acumulados	Abrangentes	Líquido
<b>Saldo em 31 de dez/2022</b>	1.061.005	93.386	105.934	725.191	356.948	-	(325.001)	2.017.463
Ajuste de Exercícios Anteriores								
Lucros/Prejuízos líquidos						171.202		171.202
Constituição de reservas								
Realização de reserva de reavaliação		(341)				341		
Dividendos adicionais pagos								
Dividendos adicionais atualização					(356.948)			(356.948)
Juros sobre Capital Próprio creditados						(69.303)		(69.303)
Outros Resultados Abrangentes							2.347	2.347
<b>Saldo em 30 de Jun/2023</b>	1.061.005	93.045	105.934	725.191	0	102.240	(322.654)	1.764.761
			Reservas			Lucros	Resultados	Patrimônio
	Capital	Reavaliação	Legal	Retenção	Dividendos Adic.	Acumulados	Abrangentes	Líquido
<b>Saldo em 31 de dez/2023</b>	1.786.196	92.926	128.472	321.636	-	-	(393.012)	1.936.218
Aumento de Capital								
Lucro Líquido do Exercício						371.504		371.504
Dividendos Adicionais requeridos				(149.882)				(149.882)
Realização de Reserva de Reavaliação		(1.248)				1.248		
Dividendos Pagos								
Juros sobre Capital Próprio Creditados						(73.799)		(73.799)
Outros Resultados Abrangentes							3.234	3.234
<b>Saldo em 30 de Jun/2024</b>	1.786.196	91.678	128.472	171.754	-	298.954	(389.778)	2.087.275



## 1. Contexto operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é Empresa Pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília/DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, o SERPRO mantém seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem cabíveis atualizados.

O SERPRO é composto por 11 (onze) regionais distribuídas pelo Brasil. Suas infraestruturas possuem tecnologia de ponta, que interconecta todas as regiões do país. A capacidade tecnológica e ampla experiência no mercado proporcionam desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal.

Os serviços oferecidos aos setores público e privado incluem inteligência em tecnologia da informação capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país. Para tanto, o SERPRO está alinhado com a privacidade e a proteção de dados do cidadão, e se manifesta contra o uso indevido e não autorizado. Dessa forma, tem como premissa ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O propósito do SERPRO é prover soluções inteligentes para transformação e inclusão digital. A visão empresarial é de construir o melhor Governo Digital para o cidadão. Assim, o SERPRO é protagonista da transformação digital no Brasil, mantendo estreita relação com a Estratégia de Governo Digital. Este direcionamento norteia a inovação do Governo brasileiro por meio de tecnologias digitais inteligentes, e visa oferecer Políticas Públicas e serviços de qualidade superior e acessíveis a qualquer hora e lugar, com o menor custo para o cidadão.

Como diferencial, e no papel de propulsor da transformação digital do Brasil, o SERPRO acompanha e cumpre as exigências legais em desenvolver soluções tecnológicas voltadas ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional.

O SERPRO, como empresa pública de tecnologia, tem papel fundamental de impulsionar políticas públicas a fim de fomentar o desenvolvimento do país e democratizar serviços essenciais a todos os brasileiros. As atividades realizadas pelo SERPRO são dirigidas ao Estado e à sociedade, e viabilizam a conexão entre Governo, empresas e cidadãos por meio de soluções tecnológicas. Ao realizar negócios com o Governo, a Empresa prioriza iniciativas que visam a modernização da Administração Pública, junto ao mercado privado, desenvolve serviços de excelência para que empresas de todos os tamanhos e segmentos da economia tenham informações íntegras, disponíveis e confiáveis, e soluções que tornem suas plataformas de negócio mais seguras e inteligentes.

A Empresa segue observando atentamente o cenário econômico atual, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira e a sua capacidade operacional. Os esforços estão voltados para a implementação de medidas e ações responsáveis de contenção de gastos, otimização de recursos, aumento de produtividade e minimização dos potenciais impactos financeiros. Além disso, o SERPRO vem diversificando sua carteira de clientes, principalmente junto ao mercado privado, inclusive, internacional.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade.



A empresa segue, na íntegra, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações representam informações que proporcionam aos seus usuários uma visão detalhada e transparente das operações, da posição patrimonial e da movimentação financeira, seguida da aprovação da alta administração.

## 2.2 Emissão e divulgação

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras do 2º Trimestre de 2024, encerrado em 30 de junho, foram autorizadas pela Diretoria Executiva da empresa em reunião de 12 de agosto de 2024.

## 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os ativos financeiros, avaliados a valor justo e refletidos no Patrimônio Líquido. As provisões trabalhistas, cíveis e administrativas foram mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação, e suas variações impactaram diretamente no resultado do exercício. Já as provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, impactaram tanto no resultado do exercício quanto em outros resultados abrangentes (ORA), no Patrimônio Líquido.

### 2.3.1 Mensuração do valor justo

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros se dá pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

## 2.4 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com a finalidade de fornecer informações aos usuários, e evidenciar as ocorrências mais significativas no período. Ao analisar as demonstrações financeiras, deve-se considerar esta Nota Explicativa (NE) como parte integrante das ponderações.

### 2.4.1 Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do SERPRO. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4.2 Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si foram consideradas pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

## 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Para fins de publicação, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é apresentada pelo método indireto. O Serpro apresenta também a DFC pelo método direto, conforme Nota Explicativa 4.3. No que se refere aos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos, os valores se referem a movimentação do imobilizado e do intangível e pagamentos de dividendos, respectivamente.

## 2.6 Demonstração do Valor adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição, durante determinado período. Foi elaborada a partir dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras.

## 2.7 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Para fins de publicação e atendimento ao que preconiza o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração de Resultado do Exercício será apresentada por função. Para efeito de evidenciação em notas explicativas, os seus valores serão informados por natureza.

## 2.8 Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas aos períodos anteriores foram reclassificadas. Tais reclassificações não são objeto de reapresentação de balanço, uma vez que, para a administração, não afetam a tomada de decisão empresarial. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo das demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas.

### 2.8.1 DRE

Em atendimento aos princípios e boas práticas contábeis, a versão comparável da DRE contempla as reclassificações de medidas compensatórias efetuadas no decorrer de 2023, conforme apresentado no quadro a seguir:

	Jun/2023 [Reclassificado]	Reclassificações	Jun/2023 [Publicado]
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.479.852</b>	<b>39.275</b>	<b>1.440.577</b>
Custo dos serviços prestados	(890.242)	(47.549)	(842.693)
<b>Lucro bruto</b>	<b>589.610</b>	<b>(8.274)</b>	<b>597.884</b>
Despesas/Receitas operacionais	(479.520)	8.274	(487.794)

Em síntese, os valores anteriormente apresentados como descontos incondicionais (R\$ 39,3 milhões), redutores da Receita Operacional Líquida, e uma parcela de R\$ 8,3 milhões classificadas como despesas, foram reclassificados para Custo dos Serviços Prestados (CSP) na Demonstração do Resultado, pois, na essência, representam insumos decorrentes da utilização pelo Serpro de base de dados de propriedade de clientes públicos para prestação de serviços a outros clientes da carteira. Na forma, estes valores são objeto de compensação junto aos órgãos proprietários, seja por meio de redução de preço (desconto incondicional) ou redução de pagamento (desconto condicional).

### 2.8.2 DVA

A reclassificação dos descontos concedidos para custos dos serviços prestados na DRE, ocorrida em 2023, é refletida na DVA como uma transferência entre os grupos de descontos concedidos e insumos adquiridos de terceiros. A seguir a apresentação completa da DVA, indicando o impacto das referidas reclassificações.

	Jun/2023 [Reclassificado]	Reclassificações	Jun/23 [Publicado]
<b>Receitas</b>	<b>1.724.414</b>	<b>39.275</b>	<b>1.685.139</b>
Receita Operacional Bruta	1.757.607	0	1.757.607
Resultado com créditos a receber	(12.514)	0	(12.514)
Descontos Concedidos	(202)	39.275	(39.477)
Vendas Canceladas	(20.819)	0	(20.819)
Outros valores (AEA e Realiz. Reservas)	342	0	342
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(288.218)</b>	<b>(54.850)</b>	<b>(233.368)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.436.196</b>	<b>(25.575)</b>	<b>1.461.771</b>

	Jun/2023 [Reclassificado]	Reclassificações	Jun/23 [Publicado]
<b>Retenções</b>	<b>(127.699)</b>	<b>1</b>	<b>(127.700)</b>
Depreciações e Amortizações	(89.295)	0	(89.295)
Resultados com Ações Judiciais	(38.404)	1	(38.405)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>1.308.497</b>	<b>(25.574)</b>	<b>1.334.071</b>
<b>Recebido de terceiros</b>	<b>116.689</b>	<b>0</b>	<b>116.689</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.425.186</b>	<b>(25.574)</b>	<b>1.450.760</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios).	895.921	0	895.921
Governo (Impostos e Contribuições)	341.979	555	341.424
Capitais de Terceiros	2.821	(26.130)	28.951
Acionistas (Dividendos Juros e JCP)	82.224	1	82.223
Lucros Retidos	102.241	0	102.241
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>1.425.186</b>	<b>(25.574)</b>	<b>1.450.760</b>

## 2.9 Estimativas e julgamentos contábeis

No processo de preparação das demonstrações financeiras é requerido o uso de estimativas contábeis críticas e de julgamentos por parte da Administração do Serpro na aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados, com base na experiência da Administração e nas informações disponíveis até a data das demonstrações financeiras. É provável que haja diferenças entre os valores estimados e os resultados efetivamente ocorridos, por definição. As estimativas e julgamentos afetam as seguintes notas explicativas:

Descrição	Nota Explicativa
PECLD	5.1.1
Redução ao valor recuperável	5.1.2
Depreciação/Amortização	12 e 13
Provisões Judiciais e Administrativas	23
Benefícios a Empregados	24

## 3. Políticas contábeis e correção de erros

### 3.1 Políticas e Práticas Contábeis

As políticas e práticas contábeis aplicadas pelo SERPRO para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas ao longo desta Nota Explicativa. Cálculos e julgamentos realizados no mesmo período do ano anterior somente foram modificados em relação à estimativa de valores a devolver da imunidade tributária.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras com realização imediata e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Caixa/ Bancos	27.886	24.888
Aplicação financeira	1.529.523	1.950.297
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>	<b>1.557.409</b>	<b>1.975.185</b>

## 4.1 Bancos contas movimento

O valor de R\$ 27,8 milhões se refere, em ampla maioria (99%), aos recebimentos de vendas oriundas, especialmente, de vendas ao exterior, cujos saldos permanecem no Banco do Brasil em Nova York/EUA.

## 4.2 Aplicações financeiras

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
BB Extramercado FAE	699.639	958.703
CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	829.884	991.594
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>1.529.523</b>	<b>1.950.297</b>

A redução observada entre os meses de dezembro/2023 e junho/2024 se dá pelo resgate de valores para cobertura operacional das despesas do período, inclusive o pagamento de dividendos ocorridos no mês de março (R\$ 109,4 milhões). A rentabilidade dos fundos em 2024, até o período, foi de 4,44% para o BB Extramercado e de R\$ 4,42% para o Caixa FI Extramercado.

Trata-se de aplicações de alta liquidez. Nos termos da Resolução BCB 3.284 de 2005, o saldo de R\$ 1,5 bilhão está aplicado em fundos de investimento extramercado comuns, administrados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Banco do Brasil S.A. (BB), com posição de junho de 2024. Os fundos extramercado destinados às empresas Públicas são compostos da seguinte forma: 75%, no mínimo, atrelados às emissões de títulos públicos do Tesouro Nacional e 25%, no máximo, em certificados ou recibos de depósito bancário de emissão de instituição integrante do conglomerado financeiro liderado pela CEF ou BB.

Esses fundos apresentam baixo risco, liquidez diária (D+0) e taxa de administração de 0,10% a.a. Devido à composição do fundo, a tendência do rendimento é influenciada pelo comportamento da taxa básica de juros, SELIC.

## 4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto

A seguir a DFC pelo método direto. Ressalta-se que houve alteração na sistemática de apuração, com exclusão do fluxo de caixa Créditos Tributários, impactando o Recebimento de Clientes, Pessoal e outras correções.

	Jun/2024	Jun/2023
<b>Atividades Operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	1.289.339	1.502.526
Ressarcimento de pessoal requisitado	112.134	137.168
Rendimento de aplicações financeiras	73.898	95.736
Outros recebimentos	73.450	61.478
Tributos e encargos	(171.219)	(130.081)

	Jun/2024	Jun/2023
Pessoal e encargos	(1.193.212)	(1.168.408)
Sentenças judiciais	(49.491)	(45.792)
Pagamentos a fornecedores	(238.796)	(241.847)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(103.897)</b>	<b>210.780</b>
<b>Atividades de investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(50.281)	(168.948)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(50.281)</b>	<b>(168.948)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>	<b></b>	<b></b>
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(263.598)	(486.613)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(263.598)</b>	<b>(486.613)</b>
<b>Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(417.776)</b>	<b>(444.781)</b>
<b>Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.975.185</b>	<b>1.860.743</b>
<b>Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.557.409</b>	<b>1.415.962</b>

## 5. Clientes

Os valores relacionados aos clientes não possuem componentes de financiamento, representam o valor acordado entre as partes com vencimento médio de trinta dias, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente e, nos termos do CPC 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, assim, reconhecidos pelo custo amortizado.

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Créditos a receber a faturar	178.583	170.862
Créditos a receber de clientes a vencer	410.728	305.251
Vencidos até 30 dias	200.789	40.277
Vencidos de 31 a 60 dias	144.163	21.791
Vencidos de 61 a 90 dias	133.796	25.707
Vencidos de 91 a 180 dias	16.529	25.107
Vencidos de 181 a 365 dias	27.202	19.944
Vencidos mais de 365 dias	199.032	195.643
<b>Créditos a receber</b>	<b>1.310.822</b>	<b>804.582</b>
Perdas Incorridas	(130.828)	(114.528)
Perdas Estimadas	(75.299)	(71.706)
Redução ao valor recuperável de clientes	(10.061)	(10.061)
<b>Total</b>	<b>1.094.634</b>	<b>608.287</b>

### 5.1 Perdas Estimadas para crédito em liquidação duvidosa – PECLD

O cálculo considera o perfil de pagamento dos clientes, a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência, a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica e previsões de condições econômicas futuras. Os

tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado para análise do comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes. Por fim, permanecem incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registrados no ativo não circulante.

### 5.1.1 PECLD de curto prazo

Movimentação	Estimada	Incorrida
Saldo em Dez/2023	71.706	114.528
Constituição	22.408	24.065
Reversão	(18.815)	(7.765)
<b>Saldo em Jun/2024</b>	<b>75.299</b>	<b>130.828</b>

Os valores dos créditos a receber de clientes no encerramento do exercício, registrados no curto prazo, são apresentados no balanço deduzidos das perdas estimadas (R\$75,3 milhões) e das perdas incorridas (R\$130,8 milhões), perfazendo um total de R\$ 206,1 milhões.

### 5.1.2 Redução ao valor recuperável de clientes

Os R\$ 10,1 milhões registrados decorrem da identificação de consumos anômalos (R\$ 5,7 milhões) identificados e do registro de redução de ativo (R\$ 4,4 milhões) relativo a multas e juros incidentes sobre faturas em atraso, parcialmente pagas.

O consumo anômalo se caracteriza quando a utilização de determinado serviço por um cliente extrapola significativamente sua utilização histórica. É comum que a extrapolação de fato não represente a utilização do serviço, gerando questionamentos por parte do cliente. Haja vista que a solução para a questão ultrapassa as tratativas comerciais, trata-se o valor como incobrável, gerando a redução do valor recuperável.

No caso dos valores pagos parcialmente, como em regra decorrem de valores questionados pelos clientes, também é efetuado registro de redução, dada a baixa probabilidade de recebimento.

## 6. Créditos tributários

Em créditos de tributos federais são registrados: valores de IRPJ e CSLL relativos à apuração mensal dos tributos que geram antecipação de valores; retenções sobre os rendimentos financeiros e recebimentos de serviços abatidos pelos tributos devidos no final do período, todos nos termos da legislação vigente. Em créditos de tributos municipais são registrados créditos a recuperar junto às secretarias de fazenda.

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
<b>Tributos Federais – IRPJ e CSLL</b>	<b>147.943</b>	<b>90.775</b>
IR e CSLL a recuperar/compensar	197.312	210.559
IRRF a compensar	16.822	40.013
IRPJ a recolher	(29.700)	(84.976)
CSLL a recolher	(36.491)	(74.821)
<b>Tributos Municipais</b>	<b>9.367</b>	<b>9.366</b>
ISS a compensar	9.356	9.355

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
INSS a compensar	11	11
<b>Total</b>	<b>157.310</b>	<b>100.141</b>

O ISS a compensar (R\$ 9,4 milhões) se refere às retenções efetuadas por clientes públicos no Distrito Federal (DF). Uma vez que o Serpro possui reconhecida a imunidade no DF, há o direito ao ressarcimento dos valores.

## 7. Ressarcimento de pessoal cedido a órgãos externos

O SERPRO, nos termos da legislação vigente (Decreto nº10.835/2021), é responsável pela folha de pagamento dos empregados cedidos a órgãos externos (Pessoal de Serviço Externo – PSE), assim como por outras obrigações correlatas. Os pagamentos realizados ordinariamente são reconhecidos como direito a receber dos cessionários, como créditos a receber, a partir da emissão de documentos denominados Notas de Ressarcimento (NR).

Já os valores de ressarcimento relativos às sentenças judiciais e processos trabalhistas são reconhecidos no ativo com base no Parecer GQ nº 56, emitido em 1995 pela AGU.

Ao final de junho de 2024, o SERPRO contava com 1.501 empregados cedidos a órgãos externos, em sua grande maioria, vinculados ao Ministério da Fazenda.

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Ressarcimento - Folha de pagamento	70.421	57.564
Provisões ACT	1.626	0
Ressarcimento - Sentenças judiciais (a)	52	52
<b>Total Circulante</b>	<b>72.099</b>	<b>57.616</b>
Ressarcimento - Sentenças judiciais (b)	155.642	155.642
Ressarcimento - Processos Trabalhistas (c)	116.652	124.183
<b>Total Não Circulante</b>	<b>272.294</b>	<b>279.825</b>

A Nota explicativa sobre Partes Relacionadas (Nota 27) apresenta mais informações acerca das transações que envolveram Pessoal de Serviço Externo (PSE).

## 8. Créditos diversos

O saldo de R\$ 105,4 milhões (R\$ 35,9 milhões em 31 de dezembro de 2023), representa, na sua maior parte, créditos decorrentes da folha de pagamento. São valores a receber concernentes, principalmente, ao adiantamento de férias e demais verbas de pessoal no importe de R\$ 76,6 milhões, além do registro de outros recebíveis, tais como boletos do Plano de Saúde PAS/Serpro (R\$ 15,9 milhões) e outros direitos a receber.

## 9. Ativo não circulante mantido para venda

Refere-se a imóveis não inseridos no contexto operacional da entidade e que possuem venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração (CA). Os ativos não circulantes mantidos para venda são apresentados no Balanço pelo menor valor entre o custo histórico abatido da depreciação ou a expectativa de venda líquida, ou seja, já deduzida das despesas com a venda. Os ganhos e as perdas são mensurados no resultado quando da operação, conforme normativo contábil.



## 9.1 Imóveis mantidos para venda

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Imóvel - Andaraí RJ	21.154	(1.023)	20.131

Há decisão de alienação de imóvel localizado no estado do Rio de Janeiro, com movimento firme de venda. O imóvel encontra-se desocupado, apenas com a manutenção mínima necessária para a conservação predial. Desse modo, houve a reclassificação do referido bem para a conta de Ativo Não Circulante Mantido para Venda. O menor valor apurado para o imóvel em Laudo Técnico de Avaliação é de R\$ 36,4 milhões.

Ressalta-se que, até então, constava registrado também o Galpão de Taguatinga DF. Por decisão da Gestão, o imóvel não será mais vendido, razão pela qual retornou para o ativo imobilizado.

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Galpão - Taguatinga DF	1.720	(58)	1.662

## 10. Depósitos judiciais e recursais

Garantia em juízo de valores depositados a fim de satisfazer crédito oriundo de decisões judiciais. Enquanto o valor estiver depositado em conta bancária à disposição do Juízo, os seus valores compõem o ativo empresarial.

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Depósitos judiciais e recursais	429.255	417.395
Ações fiscais	184	184
<b>Total</b>	<b>429.439</b>	<b>417.579</b>

Neste grupo, estão contabilizados, em sua ampla maioria, os valores referentes à garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Os valores são mantidos em contas específicas, conforme determinação judicial. No Serpro, os depósitos se concentram na Caixa Econômica Federal (55% do saldo) e no Banco do Brasil (45% do saldo), atingindo mais de 8.000 contas.

## 11. Créditos realizáveis a longo prazo

O valor de R\$ 117,4 milhões refere-se à parte que cabe ao SERPRO sobre o Precatório n.º 0000779-13.2013.8.24.0500, resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo n.º 0385848-57.2006.8.24.0023). É importante destacar que a titularidade do precatório pertence ao SERPROS, cabendo à Patrocinadora o percentual de 42,72499%, conforme previsto em contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo). O crédito atualizado do precatório até 30/06/2024 é de R\$ 283,4 milhões, dos quais 3% são destinados a pagamento de honorários advocatícios. A posição na lista de recebimento de precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é a 384ª posição, no final do 2º trimestre de 2024.

## 12. Imobilizado

Bens mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada para abater o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Descrição	Edifícios		Terrenos	Obras	Instalações		Benfeitorias propr. terceiros		Bens móveis		Ativo Imobilizado	
	Ativo	Deprec.	Ativo	Ativo	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.
Saldo dez/2023	148.606	(48.111)	66.430	17.174	150.778	(139.341)	1.817	(1.817)	1.316.005	(668.980)	1.700.810	(858.249)
Adições				827					15.164		15.991	0
Baixas									(3.100)	3.097	(3.100)	3.097
Transferências											0	0
Depreciação e Amortização		(457)				(191)				(41.219)	0	(41.866)
Saldo mar/2024	148.606	(48.568)	66.430	18.001	150.778	(139.532)	1.817	(1.817)	1.328.069	(707.102)	1.713.701	(897.018)
Adições				1.193					24.533		25.726	0
Baixas									(826)	822	(826)	822
Transferências/ajustes	(7.162)	913	(12.272)							(18.650)	(19.434)	(17.737)
Depreciação e Amortização		(457)				(192)				(42.089)	0	(42.737)
Saldo jun/2024	141.444	(48.112)	54.158	19.194	150.778	(139.724)	1.817	(1.817)	1.351.776	(767.019)	1.719.167	(956.670)

Destacam-se os investimentos em Bens Móveis, formado majoritariamente por Equipamentos de TI, que atingiram em 2024 (1º e 2º Trimestres) o patamar de 39,7 milhões (linhas “Adições”, coluna “Ativo”), além do retorno para o Ativo Imobilizado de bem antes classificado como Ativo Mantido para Venda (Edifício e Terreno, Taguatinga/DF), no valor líquido de R\$1,6 milhão. Por outro lado, ocorreram eventos que reduziram o Imobilizado, como: (i) a transferência de Imóvel para o Ativo Mantido para Venda (Edifício e Terreno, Andaraí/RJ), no valor líquido de R\$ 20,1 milhões; (ii) o reconhecimento de Depreciação referente a bens registrados intempestivamente no patrimônio (nota 12.1).

## 12.1 Ajuste Ativo Imobilizado

O inventário patrimonial realizado pela empresa apresentou diferença de R\$ 49 milhões entre o inventário e os valores registrados contabilmente. Da diferença, R\$ 24 milhões foram observados no valor do ativo (contábil que patrimônio) e R\$ 25 milhões na depreciação acumulada. Quanto ao ativo, até junho de 2024, foi regularizado o valor de R\$ 19 milhões, por meio da inclusão de bens não registrados patrimonialmente em períodos anteriores. Cita-se ainda que em julho (evento subsequente) houve a identificação de mais R\$ 2,2 milhões, restando uma diferença inferior a R\$ 3 milhões. A regularização gerou impacto contábil da ordem de R\$ 19 milhões, tendo em vista o reconhecimento da depreciação acumulada dos bens não registrados anteriormente. Quanto à depreciação, foram regularizados R\$ 24,5 milhões, não registrados anteriormente devido à não inserção no sistema patrimonial dos impactos observados em 2020 e 2021 (período de transição dos sistemas contábeis e patrimonial para o atual sistema integrado) da revisão de vida útil realizada em 2019. A regularização desta última diferença não gerou impactos no resultado.

As vidas úteis do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são estimadas pelos gestores, conforme especificidade do ativo, e são revisadas periodicamente. Em média, foram assim atribuídas:

Descrição	Vida útil (em anos)
Edifícios	59
Instalações	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Equipamentos de TI	5
Veículos	10

## 13. Intangível

Trata-se de gastos incorridos associados diretamente a *softwares* identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas. No caso dos *softwares* desenvolvidos internamente, representam os gastos envolvidos até que este esteja pronto para uso, quando se inicia a amortização.

Descrição	Entradas/			
	Dez/2023	Amortização	Baixas	Jun/2024
<b>Softwares</b>	<b>765.188</b>	<b>0</b>	<b>(1.307)</b>	<b>763.881</b>
Adquiridos	734.581	4.750	0	739.331
Desenvolvidos para uso interno	24.550	0	0	24.550
Estoque interno	6.057	(4.750)	(1.307)	0
<b>(Amortização acumulada e Perdas estimadas )</b>	<b>(671.286)</b>	<b>(17.383)</b>	<b>0</b>	<b>(688.669)</b>
Softwares adquiridos	(668.331)	(14.084)	0	(682.415)
Softwares desenvolvidos para uso interno	(2.391)	(3.299)		(5.690)
Perdas Estimadas por Redução ao valor recuperável	(564)	0	0	(564)
<b>Valor Líquido</b>	<b>93.902</b>	<b>(17.383)</b>	<b>(1.307)</b>	<b>75.212</b>

Descrição	Vida útil definida
Softwares adquiridos	2 a 7 anos
Softwares desenvolvidos para uso interno	1 a 10 anos

## 14. Consignações

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e tributos retidos de fornecedores.

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Previdência social	16.304	16.509
Pensão alimentícia	55	50

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
IRRF	21.607	42.475
Tributos federais retidos	5.693	1.794
ISS	632	338
Plano de previdência e assistência médica	8.885	220
Entidades representativas de classes	173	173
Empréstimos, retenções e consignatários	5.558	5.441
<b>Total</b>	<b>58.907</b>	<b>67.000</b>

## 15. Tributos e encargos sociais

Trata-se de tributos e encargos sociais sobre receita, folha (FGTS) e outros.

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Passivo fiscal diferido	19.914	44.170
PASEP / COFINS a recolher	53.756	34.469
CPRB a recolher	12.663	25.520
FGTS	11.656	14.774
ISS a recolher	9.439	8.576
Outros tributos	(12)	1.138
<b>Total</b>	<b>107.416</b>	<b>128.647</b>

### 15.1 Passivo Fiscal Diferido

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
IRPJ/ CSLL	-	20.095
Demais Tributos s/ Receita Bruta	19.914	24.075
<b>Total</b>	<b>19.914</b>	<b>44.170</b>

Os tributos diferidos incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar. Os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS. Em 2024, o IRPJ e a CSLL diferidas passaram a ser controlados no passivo não circulante, conforme demonstrado na NE 26.5.4.

## 16. Obrigações a pagar

São obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio. Para reconhecimento e mensuração de contas a pagar e fornecedores, os seguintes critérios são considerados: (1) Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente; (2) É reconhecido pelo custo amortizado e não se altera a forma anterior de reconhecimento. O objetivo é financiar as atividades operacionais e, em regra, são mantidas até o vencimento.

As contas mais representativas são Fornecedores no importe de R\$ 214,9 milhões (R\$ 279,5 milhões, em dez/2023), resultado das operações comerciais do Serpro, e as Obrigações Trabalhistas no importe de R\$ 471,0 milhões (R\$ 390,6 milhões, em dez/2023).

## 17. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Férias	222.759	221.631
Licença prêmio	172.747	164.484
13º salário	71.702	0
Provisão Acordo Coletivo de Trabalho	32.941	0
Programa Demissão Voluntária - PDV	4	4
Outras obrigações com pessoal	3.811	4.525
<b>Total</b>	<b>503.964</b>	<b>390.644</b>

A variação observada entre dez/2023 e jun/2024 (R\$ 113,3 milhões no total) se refere, principalmente, à constituição de valores a pagar de décimo terceiro salário e à provisão para ACT, com base no índice (4,23%) ofertado pela empresa nas negociações junto aos representantes dos empregados.

## 18. Benefícios a empregados

### 18.1 Planos de previdência complementar oferecidos pelo SERPRO

O Serpro oferece como benefício pós-emprego aos empregados a possibilidade de previdência complementar, que é administrada pela entidade fechada de previdência complementar SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado. Os dois planos atualmente ativos são PS-I e PS-II, como apresentado no quadro a seguir:

Descrição	Tipo	Características
Plano PS-I	Benefício Definido-BD	Plano saldado desde 01/04/2013, sob amparo legal e cujos benefícios já foram concedidos
Plano PS-II	Plano de Contribuição Variável (CV)	Plano aberto para novas adesões e possui características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de pós-concessão.

#### 18.1.1 Obrigações a pagar com plano de previdência

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Ações de Cobrança	13.344	13.344
Contribuições paritárias	10.818	1.918
Outros Valores	1	1
<b>Total</b>	<b>24.163</b>	<b>15.263</b>

O valor de R\$ 13,3 milhões decorre de ação de cobrança (Processo 0012357-70.2016.401.3400). O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo tal pagamento, a título de juros incidentes sobre o valor devido a título de aporte financeiro, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II (amortização da dotação inicial), e sobre o parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90

- “amortização extraordinária”, as quais foram suspensas por determinação do Tribunal de Contas da União à época. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença.

Em relação às contribuições paritárias, a diferença observada (R\$ 10,8 milhões em jun/2024, ante R\$ 1,9 milhão em dez/2023) ocorreu pelo pagamento das contribuições de dezembro/2023 antes do encerramento do exercício, justificando a variação observada.

## 18.2 Assistência à saúde

É oferecida pelo SERPRO aos empregados e seus respectivos dependentes, por meio do Plano de Assistência à Saúde PAS/SERPRO. Instituído em 1975, o PAS/Serpro é um plano de saúde exclusivo para os empregados. Tem abrangência nacional e atua na modalidade de autogestão, com atividades executadas por prestadores diretamente credenciados e por meio de convênio de reciprocidade de rede com outra operadora.

## 18.3 Auxílio-alimentação

Concedido mensalmente aos empregados e aos dirigentes na modalidade de cartão eletrônico.

Descrição	Características
PLUXEE (sodexo)	Empregados: R\$ 1.180,80 fixado em Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2023/2024 Dirigentes: R\$ 997,64, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das empresas Estatais-SEST

## 18.4 Plano odontológico

Benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, a seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico INPAO Dental, mediante adesão voluntária.

## 19. Participação nos lucros ou resultados

Estes pagamentos seguem os critérios definidos nos programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados (PLR) 2023 e Remuneração Variável de Administradores (RVA) 2023. A participação dos administradores foi elaborada em atendimento ao disposto no Decreto 8.945/2016. Até abril/2024 havia o saldo de R\$ 28,6 mi referente a valores a pagar da participação de empregados (R\$ 27,8 milhões) e dos administradores nos lucros (R\$ 0,8 milhão), os quais foram quitados quase integralmente no referido mês.

## 20. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em março de 2024 foram recolhidos para a União os valores referentes aos dividendos mínimos referentes ao encerramento do exercício de 2023, no montante de R\$ 107,1 milhões. Estes valores sofreram correção pela SELIC até a data do seu pagamento, cujo valor atualizado foi de R\$ 109,4 milhões.

Em 9 abril de 2024, posteriormente ao período encerrado e antes da data de autorização para emissão das demonstrações, ocorreu o pagamento de dividendos adicionais a pedido do acionista, no importe de R\$ 149,9 milhões (atualizado até a data do pagamento, o valor foi de R\$ 154,2 milhões). Dessa forma, a distribuição do dividendo do exercício de 2023 atingiu 60% do lucro líquido ajustado.

O saldo de R\$ 73,8 milhões representa a constituição dos juros sobre capital próprio – JSCP no período de janeiro a junho de 2024.

## 21. Outras obrigações

Neste grupo estão registradas, basicamente, as contas de adiantamento de clientes e de processo trabalhista a pagar, decorrente de acordos judiciais.

## 22. Obrigações tributárias

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
PASEP/COFINS a recolher	474	507
ISS renegociado	56.329	53.557
IPTU a Recolher	8.179	6.918
<b>Total</b>	<b>64.982</b>	<b>60.982</b>

Do saldo apresentado, destaca-se o ISS renegociado, no importe de R\$ 56,3 milhões, referente ao parcelamento do referido imposto junto aos fiscos municipais.

### 22.1 ISS renegociado

São os parcelamentos de débitos atualizados junto à Prefeitura de São Paulo, com pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária, ajuizada em 2019.

### 22.2 IPTU a recolher

Refere-se aos impostos com pagamento suspenso em decorrência das ações de imunidade tributária junto às prefeituras, com decisões provisórias.

## 23. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Provisões Judiciais	328.054	397.095
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	286.823	390.459
Provisões Cíveis	40.883	6.620
Provisões Fiscais	348	16
Provisões administrativas	757.488	698.149
<b>Saldo</b>	<b>1.085.542</b>	<b>1.095.244</b>

### 23.1 Provisões administrativas

Os tributos de natureza indireta incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da Administração Pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, são registrados em provisões administrativas no passivo não circulante para ressarcimento aos clientes. Estão classificadas no não circulante dada a incerteza quanto ao prazo de realização. Em caso de negociação com os clientes, os valores são realizados ou transferidos para o circulante, conforme prazos acordados. São registrados os valores relativos aos maiores clientes públicos cujos contratos não tenham sido repectuados. Os demais valores de clientes são reconhecidos à medida que são cobrados.



Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Provisões imunidade	338.968	321.844
Provisões COFINS imunidade	343.855	309.180
Provisões PIS/PASEP imunidade	74.665	67.125
<b>Total</b>	<b>757.488</b>	<b>698.149</b>

A diferença entre os períodos de dez/2023 e jun/2024, R\$ 59,3 milhões, refere-se à atualização dos saldos, considerando os faturamentos ocorridos no período. Permanecem no passivo administrativo os valores dos contratos efetivados com os maiores clientes públicos, uma vez que a negociação para liquidação é uma iniciativa do Serpro. Os valores de menor representatividade dos contratos firmados com os demais clientes públicos, ou ainda aqueles que não possuem mais relacionamento comercial com a empresa, serão reconhecidos à medida em que esses clientes efetuem a cobrança de valores junto ao Serpro.

## 23.2 Provisões Judiciais - trabalhistas, cíveis e fiscais

Consideram os processos judiciais classificados como estratégicos e não estratégicos e que atendem aos requisitos de provisão estabelecidos pelo CPC 25. Os processos classificados como estratégicos são aqueles que possuem risco de sucumbência com desembolso acima de R\$ 1,2 milhão na data da provisão e os processos classificados como não estratégicos são aqueles cujos valores de risco são inferiores a R\$ 1,2 milhão.

Os processos estratégicos e os não estratégicos podem ser considerados com risco de perda provável ou possível. Os processos estratégicos provisionados, considerados com risco de perda provável, possuem estimativa confiável de seu valor e obrigação presente, independentemente da fase processual.

Os riscos dos processos estratégicos são atribuídos pelo advogado. Seu o reconhecimento é realizado pela contabilidade, e a mensuração é responsabilidade do perito assistente com base nas decisões proferidas no processo, observando o cálculo homologado, o cálculo incontroverso e o cálculo do SERPRO com base nos pedidos do reclamante, respectivamente. Os processos não estratégicos, considerados como risco de perda provável, são provisionados por meio da aplicação da metodologia do tíquete médio de pagamentos (por tipo de pedido principal) dos processos arquivados nos últimos 5 anos, multiplicado pela quantidade dos processos ativos no período em análise. Quanto aos riscos de perdas possíveis, os processos não impactam o valor da provisão reconhecido no balanço, entretanto, são constantemente monitorados e divulgados em Nota Explicativa.

### 23.2.1. Movimentação dos processos: Cível, Trabalhista e Fiscais

Descrição	Cível/Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo da provisão 31/12/2023	6.636	390.459	397.095
Processos que entraram na provisão	30.572	3.258	33.830
Processos que saíram da provisão	(991)	(7.257)	(8.248)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	61	11.617	11.678
Redução nos processos anteriormente provisionados	(39)	(93.831)	(93.870)
<b>Saldo da provisão 31/03/2024</b>	<b>36.239</b>	<b>304.246</b>	<b>340.485</b>
Processos que entraram na provisão	2.637	4.343	6.980
Processos que saíram da provisão	0	(13.900)	(13.900)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	430	7.173	7.603
Redução nos processos anteriormente provisionados	1.927	(15.040)	(13.113)
<b>Saldo em 30/06/2024</b>	<b>41.232</b>	<b>286.822</b>	<b>328.055</b>

A movimentação dos processos impactou positivamente no resultado em R\$12,4 milhões no 2º trimestre de 2024, quando comparado o 1º trimestre de 2024, **principalmente, em função da redução do risco de alguns processos por decisões favoráveis, acordos judiciais e execuções individuais decorrente de processos plúrimos**. Vale salientar que a maioria quantitativa dos processos na empresa é de natureza trabalhista e representa mais de 87% do passivo provisionado.

A administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis. Os valores referentes aos processos fiscais foram somados aos cíveis por serem valores imateriais.

### 23.2.2. Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsada. Dessa forma, e seguindo o CPC 25 (item 53), foi contabilizado um ativo relativo às ações movidas por empregados cedidos, considerando o direito ao ressarcimento dos valores desembolsados. Como o fundamento do reembolso é legal e a Administração Pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, julga-se que o reembolso é devido e provavelmente certo.

Tipo de ação	Jun/2024	Dez/2023
Sem expectativa de reembolso	211.402	272.911
Com expectativa de reembolso	116.653	124.184
<b>Saldo da provisão</b>	<b>328.055</b>	<b>397.095</b>

Existe um trabalho contínuo para redução do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor.

### 23.2.3. Processos de riscos de perda possíveis

Foram verificados como possíveis processos cíveis, trabalhistas e tributário, estratégicos e não estratégicos.

Do total de processos classificados como estratégicos, 17 têm seu risco de perda classificado como possível, o que monta um valor total de R\$ 187,9 milhões. Do total dos 1.961 processos classificados como não estratégicos, 357 processos (R\$ 15,4 milhões) foram elencados como possíveis. O total de possíveis monta 374 processos, correspondendo a R\$ 203,3 milhões.

Risco Processual Possível	Jun/2024		Dez/2023	
	Qte.	Valor	Qte.	Valor
Processos Cíveis	363	30.939	222	58.900
Processos Trabalhistas	10	149.087	9	143.477
Processos Tributários	1	23.280	3	22.228
<b>Total</b>	<b>374</b>	<b>203.306</b>	<b>234</b>	<b>224.605</b>

Vale destacar que a administração realiza monitoramento contínuo dos processos, de modo que a avaliação dos riscos de desembolso, a necessidade de reconhecer como provisão e a realização de estimativa confiável sejam analisadas e revistas periodicamente.

### 23.2.4. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre norma contábil e não representa o reconhecimento da empresa da perda destes processos, visto que ainda estão em andamento.

## 24. Benefício a empregados - Pós-emprego

O SERPRO disponibiliza aos seus empregados benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico. Os programas previdenciários e de assistência à saúde oferecidos aos empregados inativos são classificados pelo CPC 33 como benefícios pós-emprego, por serem devidos ao empregado após o término da sua fase laborativa. Visto que o SERPRO adota as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aderentes ao *International Accounting Standards Board (IASB)*, ao fim do encerramento de cada exercício é realizada avaliação, registro e divulgação das obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego. Considera-se a apuração dos valores de passivo esperados para a contabilização das provisões.

O valor do passivo no início do exercício reflete o cálculo da avaliação atuarial anual realizada sobre os dados de 2023. A variação observada até o 2T24 representa o reconhecimento da parcela relativa ao período da despesa atuarial, também calculada por ocasião da avaliação atuarial, que indicou despesas de R\$ 45,9 milhões para o Plano PS-I, a título de custo dos juros sobre as obrigações atuariais, líquido das contribuições esperadas de participantes e da rentabilidade estimadas sobre os ativos financeiros e, para o PAS/SERPRO, a estimativa de custo do serviço corrente, somada ao custo dos juros sobre as obrigações atuariais, totaliza R\$ 21,9 milhões ao longo de 2024.

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
Programas Previdenciários	528.135	518.246
Plano de Assistência a Saúde	178.327	167.387
<b>Total</b>	<b>706.462</b>	<b>685.633</b>

## 25. Patrimônio líquido

O acréscimo no Patrimônio Líquido em R\$ 151,1 milhões reflete, principalmente, o resultado apurado até o 2º trimestre de 2024 (R\$ 371,5 milhões), deduzido da constituição de Juros sobre Capital Próprio (R\$ 73,8 milhões) e da redução da reserva de retenção (R\$ 149,9 milhões).

### 25.1 Capital social

O capital social do SERPRO manteve-se em R\$ 1.786,2 (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões).

### 25.2 Reservas

#### 25.2.1 Reservas de Reavaliação

	Edifícios	Terrenos	Tributos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	64.509	43.035	(14.618)	92.926
Reversão de alienação	-	-	-	-
Realização de reserva por depreciação	(672)	-	-	(672)
Atualização Imposto de Diferido	-	-	(577)	(577)
<b>Saldo em 30 junho de 2024</b>	<b>63.837</b>	<b>43.035</b>	<b>(15.195)</b>	<b>91.678</b>

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005, esta reserva possui o saldo de R\$ 91,7 milhões, líquidas dos tributos. De acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007, o saldo existente será mantido até sua efetiva realização.

## 25.2.2 Reservas de Lucros

Representa o saldo da Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros para expansão.

### 25.2.2.1 Reserva Legal

Constituída anualmente a 5% do lucro líquido do exercício, com saldo atual de R\$ 128,5 milhões.

### 25.2.2.2 Reserva Retenção de Lucros

O saldo de R\$ 321,6 milhões constituído no encerramento de 2023 foi reduzido em R\$ 149,9 milhões, direcionados para o pagamento dos dividendos. Com isso, o saldo da reserva passou para R\$ 171,8 milhões, a partir de abril de 2024.

## 25.2.3 Outros resultados abrangentes

Em Outros Resultados Abrangentes estão registrados ganhos e perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros, e, principalmente, da remensuração do passivo atuarial com o Plano PS-I e com o Plano de Saúde - PAS/SERPRO, líquidos dos tributos diferidos. A ligeira variação (de R\$ 393,0 em dez/23 para R\$ 389,8 em jun/24) refere-se ao movimento dos tributos diferidos dos dois elementos citados anteriormente.

# 26. Resultado do exercício

Descrição	Jun/2024	Jun/2023	Jun/23 Publicado
Receita Bruta	2.019.900	1.757.607	1.757.607
(-) Deduções	(240.610)	(277.755)	(317.030)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.779.290</b>	<b>1.479.852</b>	<b>1.440.577</b>
Custo dos serviços prestados	(997.187)	(890.242)	(842.693)
<b>Lucro bruto</b>	<b>782.103</b>	<b>589.610</b>	<b>597.884</b>
Despesas operacionais	(457.698)	(479.520)	(487.794)
Resultado financeiro	98.638	97.569	97.569
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>423.043</b>	<b>207.659</b>	<b>207.659</b>
Tributos sobre o lucro	(51.539)	(36.457)	(36.457)
<b>Lucro/Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>371.504</b>	<b>171.202</b>	<b>171.202</b>

## 26.1 Receita bruta

Nos termos do CPC 47, o SERPRO adota o critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. A receita é apropriada à medida que o serviço é prestado. Dessa forma, são contabilizadas, além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se mensalmente a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

### 26.1.1 Composição da receita bruta por obrigação de desempenho

Descrição (obrigação de desempenho)	Jun/2024	Jun/2023
Hospedagem de Aplicações	1.259.322	1.114.424
Desenvolvimento e Manutenção de Software	106.377	86.061
Atendimento a Ambientes de Rede Local	69.206	56.058
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	51.527	51.207
Gestão de Margem Consignável	55.573	45.627
Datavalid	41.403	42.897
Consulta Online Senatran	37.422	37.821
Administração de Rede de Longa Distância	25.526	33.074
Infoconv	29.522	27.526
Consulta CPF	36.107	26.788
Demais Obrigações de Desempenho	307.945	236.152
<b>Total</b>	<b>2.019.930</b>	<b>1.757.635</b>

### 26.1.2 Composição da receita bruta dos maiores clientes

Cliente	Jun/2024	Jun/2023
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	813.965	694.132
MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	289.280	183.096
Diretoria Adm.Logística	38.237	117.145
PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	81.653	89.446
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	81.195	69.803
Ministério dos Transportes	74.399	65.363
Secretaria de Gestão e Ensino em Seg Pública	27.550	30.921
Demais Clientes Públicos	254.794	186.967
Total - Clientes Públicos	1.661.073	1.436.873
Total Clientes privados	358.857	320.762
<b>Receita Total</b>	<b>2.019.930</b>	<b>1.757.635</b>

A Receita Bruta obtida ao final do 2T24 foi de R\$ 2.019,9 milhões, 14,92% (R\$262,3 milhões) superior ao resultado obtido no mesmo período do exercício anterior (R\$ 1.757,6 milhões). O destaque do crescimento foram os clientes mais representativos da lista, Receita Federal do Brasil e Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que ampliaram em R\$119,9 milhões e R\$ 106,2 milhões, respectivamente, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

## 26.2 Receita Líquida

A receita líquida apresentou um acréscimo de R\$299,4 milhões quando comparada ao mesmo período do exercício anterior, acompanhando a variação da Receita Bruta.

Descrição	Jun/2024	Jun/2023	Jun/2023 [Publicada]
Receita bruta	2.019.900	1.757.607	1.757.607
<b>Deduções da Receita</b>	<b>(240.610)</b>	<b>(277.755)</b>	<b>(317.030)</b>
(-) ISS	(25.841)	(38.922)	(38.922)
(-) PIS / PASEP	(19.457)	(24.970)	(24.970)
(-) COFINS	(89.687)	(115.078)	(115.078)
(-) ICMS	(6)	0	0
(-) INSS patronal	(85.279)	(77.764)	(77.764)
(-) Descontos concedidos	(2.577)	(202)	(39.477)
(-) Vendas canceladas	(17.763)	(20.819)	(20.819)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.779.290</b>	<b>1.479.852</b>	<b>1.440.577</b>

Ressalta-se que a variação observada em “Descontos Concedidos” se refere à reclassificação de saldo das medidas compensatórias, que passou a ser classificada como Custo do Serviço Prestado, nos termos descritos na Nota 2.8.1.

## 26.3 Custos e despesas totais

### 26.3.1 Composição dos custos dos serviços prestados

Descrição	Jun/2024	Jun/2023	Jun/2023 Publicado
Despesas de Pessoal	(656.679)	(572.806)	(572.806)
Depreciação/Amortização	(85.197)	(66.454)	(66.454)
Locação	(57.063)	(60.764)	(60.764)
Manutenção	(60.615)	(80.160)	(80.160)
Comunicação	(7.125)	(7.643)	(7.643)
Serviços Profissionais	(19.130)	(18.873)	(18.873)
Serviços Públicos	(10.398)	(6.736)	(6.736)
Créditos a Receber	-	-	-
Operações Tributárias*	(987)	3.524	
Créditos Tributários	0	0	4.550
Despesas Tributárias	0	0	(1.027)
Materiais	(397)	(1.128)	(1.128)
Resultado com ações judiciais			
Exploração de Serviços**	(94.133)	(66.718)	(27.455)
Outros custos	(5.463)	(12.484)	(4.197)
<b>Totais</b>	<b>(997.187)</b>	<b>(890.242)</b>	<b>(842.693)</b>

\*Valores de provisões tributárias constantes de Outros custos passaram a compor Operações Tributárias (despesas e créditos tributários)

\*\*Reclassificação das medidas compensatórias

### 26.3.2. Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas por natureza

Descrição	Despesas com Vendas		Despesas Gerais e Administrativas		Outras despesas e receitas operacionais	
	Jun /2024	Jun/2023	Jun/2024	Jun/2023	Jun/2024	Jun/2023
Despesas de Pessoal	(107.581)	(86.337)	(263.336)	(273.984)		
Depreciação/Amortização	(489)	(632)	(17.999)	(22.210)		
Locação	(316)	(37)	(1.962)	(347)		
Manutenção	(3.037)	(1.927)	(6.139)	(9.096)		
Comunicação	(72)	(71)	(432)	(939)		
Serviços Profissionais	(3.436)	(3.074)	(20.572)	(10.635)		
Serviços Públicos	(1.629)	(918)	(1.641)	(3.453)		
Créditos a Receber	(31.380)	(12.515)				
Operações Tributárias	(154)	(139)	(1.716)	(6.653)		
Créditos Tributários	0	0	0	0		
Despesas Tributárias	0	0	0	0		
Materiais	(37)	(14)	(123)	(404)		
Resultado com ações judiciais	0	0	31.238	(38.405)		
Exploração de Serviços	0	0	0	0		
Outras despesas	(9.887)	(1.691)	(423)	(3.938)	(16.575)	(2.101)
<b>Totais</b>	<b>(158.018)</b>	<b>(107.355)</b>	<b>(283.105)</b>	<b>(370.064)</b>	<b>(16.575)</b>	<b>(2.101)</b>

### 26.3.3 Gasto total

O quadro abaixo apresenta os custos dos serviços prestados (nota 26.3.1) somados às despesas operacionais (nota 26.3.2), apresentado de forma comparativa.

Descrição	Jun/2024	Jun /2023	Jun /2023 Publicado
Despesas de Pessoal	(1.027.596)	(933.127)	(933.127)
Depreciação/Amortização	(103.685)	(89.295)	(89.295)
Locação	(59.341)	(61.148)	(61.148)
Manutenção	(69.791)	(91.183)	(91.183)
Comunicação	(7.629)	(8.653)	(8.653)
Serviços Profissionais	(43.138)	(32.582)	(32.582)
Serviços Públicos	(13.668)	(11.107)	(11.107)
Créditos a Receber	(31.379)	(12.514)	(12.514)
Operações Tributárias	(2.857)	(3.268)	0
Créditos Tributários	0	0	4.550
Despesas Tributárias	0	0	(7.819)
Materiais	(557)	(1.546)	(1.546)
Resultado com ações judiciais	31.238	(38.404)	(38.404)
Exploração de Serviços	(94.133)	(66.718)	(27.455)
Outros	(32.348)	(20.214)	(18.103)
<b>Totais</b>	<b>(1.454.884)</b>	<b>(1.369.759)</b>	<b>(1.328.386)</b>



A estrutura de gastos do SERPRO de R\$ 1.454,9 milhões foi composta de 68,5% (R\$ 997,2 milhões) de custos e 31,5% (R\$ 457,7 milhões) de despesas. Houve ampliação de R\$ 85,1 milhões do gasto total (2,21%), na base comparativa, frente ao mesmo período do ano anterior.

Das despesas apresentadas no quadro anterior, destaca-se:

**Despesas com pessoal:** Crescimento derivado de: (i) absorção de 590 novos empregados; (ii) eventos funcionais, como promoções, anuênio, recomposição de classe; (iii) aplicação de ganho real de 1% no ACT - 2023/2024; e (iv) aumento na contribuição ao Serpros devido ao aumento da contribuição dos empregados (ACT, eventos funcionais e novas contratações).

**Exploração de Serviços:** Acréscimo de 41,06%, equivalente a R\$27,4 milhões, em comparação ao 2T23, devido à maior utilização da base de dados para prestação de serviços, sobretudo junto ao mercado privado (mercado que se destacou pela ampliação de novos clientes no trimestre analisado).

**Ações Judiciais:** Quando comparado ao 2T23, a queda de R\$69,6 milhões está baseada na reversão de provisões trabalhistas na ordem de R\$89,9 milhões, sendo suavizada pelo provisionamento para riscos cíveis de R\$34,3 milhões. O elemento principal para tal movimento está baseado nas ações empreendidas pela Diretoria Jurídica no intuito de mudar o risco de sucumbência no processo de reintegração, sendo o impacto líquido positivo de cerca de R\$55,6 milhões.

**Depreciação:** A variação de 16,12% (+R\$14,4 milhões) na conta de Depreciação e Amortização está baseada, principalmente, no aumento de R\$16,9 milhões na depreciação de equipamentos de informática, e na avaliação especial realizada no curso do 1º semestre para revisar os registros da conta, tendo sido suavizada pelo movimento nas contas de depreciação nas instalações (-R\$3,4 milhões).

## 26.4 Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	Jun/2024	Jun/2023
Juros sobre aplicações financeiras	(73.898)	(95.736)
Atualização sobre créditos tributários	(5.552)	(8.101)
Multas e juros de clientes	(14.251)	(5.921)
Atualização de depósitos judiciais (alvaras)	(8.384)	(5.125)
Atualização de créditos junto à EFPC	(3.379)	-
Outras receitas financeiras	(4.199)	(1.806)
<b>Total das Receitas Financeiras</b>	<b>(109.663)</b>	<b>(116.689)</b>

Despesas Financeiras	Jun/2024	Jun/2023
Atualização de dividendos	6.657	12.921
Juros e atualizações monetárias (PAT-SP)	2.805	3.700
Variações cambiais	31	1.420
Descontos concedidos a clientes	1.071	635
Outras despesas financeiras	461	444
<b>Total das Despesas Financeiras</b>	<b>11.025</b>	<b>19.120</b>

Descrição	Jun/2024	Jun/2023
Despesas Financeiras	11.025	19.120
Receita Financeira	(109.663)	(116.689)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(98.638)</b>	<b>(97.569)</b>

A variação da receita financeira decorreu, principalmente, da redução dos juros sobre as aplicações financeiras, em razão do uso dos recursos para cobrir as necessidades de caixa do período.

## 26.5 Tributos sobre o lucro

O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual.

No exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária-2.658/DF transitada em julgado e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou-se a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real o resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas, mantendo a tributação sobre o resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas). Por inexistir regra específica para as empresas públicas, quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

### 26.5.1 Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL

Descrição	Jun/2024	Dez/2023
IRPJ e CSLL correntes	(66.191)	(53.072)
IRPJ e CSLL diferidas	14.652	16.615
<b>Total</b>	<b>(51.539)</b>	<b>(36.457)</b>

### 26.5.2 Conciliação da despesa com IRPJ e CSLL

<b>Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>423.043</b>	<b>207.659</b>
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(143.835)	(70.604)
<b>(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:</b>	<b>77.644</b>	<b>17.532</b>
Exclusão de lucro atribuído ao setor público	71.125	34.701
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	(14.466)	(49.053)
Juros sobre capital próprio	25.091	23.563
Compensação de Prejuízo fiscal	-	11.682
Outras adições e exclusões	(4.633)	(4.047)
Incentivos Fiscais – Inovação Tecnológica	-	-
Incentivos Fiscais – PAT e Licença Maternidade	527	686
<b>(c) Total dos Tributos Correntes (a) + (b)</b>	<b>(66.191)</b>	<b>(53.072)</b>
Reversão Tributos s/ Prejuízo Fiscal	-	(11.682)
Constituição/Reversão de tributos diferidos s/ diferenças temporárias	14.652	28.297
<b>(d) Total dos Tributos Diferidos</b>	<b>14.652</b>	<b>16.615</b>
<b>(e) Total dos Tributos Correntes e Diferidos (c) + (d)</b>	<b>(51.539)</b>	<b>(36.457)</b>
<b>Alíquota efetiva (Total / Lucro)</b>	<b>-12,18%</b>	<b>-17,56%</b>

A redução da alíquota efetiva de dez/2023 para jun/2024 decorre, principalmente, dos reflexos nas diferenças temporárias ajustadas, detalhadas no quadro a seguir:

Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	Jun/2024	Jun/2023
Provisão Ativa Receita a Faturar	(11.882)	(10.682)
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	(61.509)	1.445
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	18.882	10.122
Passivo atuarial	20.828	(10.200)
Provisões sobre imunidade tributárias	63.371	97.088
Demais provisões passivas	12.856	56.501
<b>Total</b>	<b>42.546</b>	<b>144.274</b>

### 26.5.3 Apuração do lucro atribuído ao setor público, com exclusão do IRPJ

Descrição	Jun/2024	%	Jun/2023	%
Receita Operacional Líquida	1.779.290		1.479.852	
(+/-) Receita operacional líquida a faturar	(11.882)		(10.682)	
Receita Operacional Líquida a distribuir	<b>1.767.408</b>		<b>1.469.170</b>	
Receita líquida atribuída ao setor público	1.398.579	79,1317	1.173.644	79,8849
Receita líquida atribuída ao setor privado	368.829	20,8683	295.526	20,1151

Descrição	Jun/2024	%	Jun/2023	%
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	423.043		207.659	
Adições/Exclusões	(63.514)		(33.904)	
Tributos com exigibilidade suspensa	21.151		34.445	
Realização de Reserva de Reavaliação	672		(387)	
Ajuste art 58 da Lei nº 12973/14	87		98	
Outras Despesas e Receita art 187 Lei nº 6404/76	16.462		2.054	
Receita Financeira que excede a despesa financeira	(101.886)		(70.114)	
<b>Lucro Líquido ajustado a atribuir</b>	<b>359.529</b>		<b>173.756</b>	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	284.501	79,1317	138.805	79,8849
Lucro atribuído ao Setor Privado	75.028	20,8683	34.951	20,1151
<b>IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público</b>	<b>71.125</b>		<b>34.701</b>	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$ 284,5 milhões), que corresponde à exclusão de R\$ 71,1 milhões do IRPJ corrente no segundo trimestre de 2024.

## 26.5.4 Movimentação de saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Dez/2023	DRE	PL	Jun/2024
<b>(a) Passivo fiscal diferido – Circulante</b>	<b>(20.096)</b>	<b>20.096</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(19.952)	19.952		0
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(144)	144		0
<b>(b) Ativo fiscal diferido – Não Circulante</b>	<b>315.870</b>	<b>18.588</b>	<b>2.838</b>	<b>337.296</b>
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	53.974	(7.334)		46.640
Passivo atuarial	93.191	4.409	2.838	100.438
Provisões sobre imunidade tributárias	97.846	13.508		111.354
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	28.414	3.991		32.405
Provisões trabalhistas	22.357	6.654		29.011
Medidas compensatórias	17.071	(2.722)		14.349
Outras provisões	3.017	82		3.099
<b>(c) Passivo fiscal diferido – Não Circulante</b>	<b>(47.000)</b>	<b>(24.033)</b>	<b>0</b>	<b>(71.033)</b>
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	0	(22.558)		(22.558)
Provisões de processos trabalhistas – PSE	(16.879)	295		(16.584)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(14.618)	(577)		(15.195)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(15.503)	(1.193)		(16.696)
<b>(d) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)</b>	<b>268.870</b>	<b>(5.445)</b>	<b>2.838</b>	<b>266.263</b>
<b>(e) Total: Créditos Fiscais Diferidos (a) + (d)</b>	<b>248.774</b>	<b>14.651</b>	<b>2.838</b>	<b>266.263</b>

Os tributos diferidos foram reconhecidos com a aplicação das alíquotas nominais da contribuição social (9%) e do imposto de renda (25%) sobre as diferenças tributárias temporárias dedutíveis e tributáveis, conforme CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. O saldo líquido de R\$ 266,3 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 337,3 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 71,0 milhões). O crédito relativo às provisões sobre imunidade tributárias foi constituído sobre o ISS, PASEP/COFINS a devolver aos clientes e IPTU a recolher registrados no passivo não circulante, e sua reversão ocorrerá na liquidação dessas provisões.

O IRPJ diferido passou, a partir de dezembro de 2021, a ser constituído sobre a base fiscal das diferenças temporárias (provisões ativas e passivas) excluída da parcela proporcional ao setor público, mantendo equivalência com o tributo corrente provisionado.

## 26.5.5 Reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ

Na apuração dos tributos correntes, a imunidade teve os seguintes impactos:

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	423.043	423.043
<b>(a) Tributos sobre o lucro (34%)</b>	<b>(143.835)</b>	<b>(143.835)</b>
<b>(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:</b>	<b>77.644</b>	<b>6.519</b>
Incentivos fiscais	527	527
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	5.992	5.992
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	71.125	-
<b>(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)</b>	<b>(66.191)</b>	<b>(137.316)</b>

Sem a aplicação da Imunidade tributária, a despesa aumentaria em R\$ 71,1 milhões, considerando o acréscimo do lucro atribuído ao setor público.

Nos termos do ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, sobre como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 -Tributos sobre o lucro, a empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impacto quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

## 27. Partes relacionadas

Conforme política específica sobre o tema, Partes Relacionadas são as pessoas ou entidades que estejam relacionadas com o pessoal-chave da administração do Serpro, sendo consideradas: (i) a União, as empresas estatais e as pessoas físicas e jurídicas que possuem influência significativa; (ii) ex pessoal-chave da administração, inativo ou aposentado do Serpro, desde que tenham comprovada influência significativa; (iii) qualquer pessoa física ou jurídica que tenha controle ou poder de voto sobre o Serpro, individual ou em conjunto, direta ou indiretamente, caracterizando influência significativa; (iv) pessoal-chave da administração do Serpros – Fundo Multipatrocinado que esteja incumbido de manter plano de benefício pós-emprego dos empregados do Serpro; e (v) membros da família ou próximos da família da pessoa em condição de Parte Relacionada. Considera-se União para fins de transação com partes relacionadas os órgãos do Poder Executivo, seja da Administração Federal Direta ou Indireta.

### 27.1 Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC

A EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado é considerada parte relacionada do SERPRO, nos termos que definem a NBC TG 05, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pela Patrocinadora SERPRO e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos.

#### 27.1.1 Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado – Balanço (jun/2024)

Operação	AC	ANC	PC	PNC
Letras Tesouro Santa Catarina		117.439		
Retenções e repasses			8.885	
Contribuições Paritárias			10.818	
Ações de Cobrança			13.344	
Benefícios Pós-Emprego				528.135
<b>Total</b>	-	<b>117.439</b>	<b>33.047</b>	<b>528.135</b>

#### 27.1.2 – Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - DRE

Operação	(Despesas) / Receitas
Contribuições à EFPC	(68.708)
Provisões Matemáticas	(22.974)
Reversão de Provisões Matemáticas (benefícios pagos)	13.085
Incorporação de Créditos - EFPC	229
Atualização Monetária – Letras Financeiras de Santa Catarina	3.379
<b>Total</b>	<b>(74.989)</b>

### 27.1.3 Composição dos Conselhos e Diretoria da Entidade

Descrição			Indicação	Eleição
Conselho Deliberativo (CDE)	Presidente	Paulo Mendonça Júnior	x	
	Conselheiro	Kleber Pereira dos Santos	x	
	Conselheiro	Felipe Porto Padilha	x	
	Conselheiro	Luiz Antônio Martins		x
	Conselheiro	Maurício Vasconcellos Saraiva		x
	Conselheiro	André Gianini		x
Conselho Fiscal (COF)	Presidente	Mauro Roberto Simião		x
	Conselheiro	Ana Maria Mallmann Costi		x
	Conselheiro	Georges Leitão dos Santos	x	
	Conselheiro	Fernanda Pereira da Rosa Gomes	x	

  

			Participante/ Beneficiário	Eleição
Diretoria Executiva (DE)	Diretor-Presidente	Edilene dos Reis Rocha Araújo	x	
	Diretor Seguridade	Alexandre José Valadares Jordão	x	x
	Diretor Investimento	Leonardo Dias Baptista Gomes		

Conforme estabelecido no Estatuto Social, o Conselho Deliberativo da EFPC é composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pela Patrocinadora SERPRO e os demais escolhidos pelos participantes e assistidos, por meio de eleição direta. O Conselho Fiscal, composto de 4 (quatro) membros, também apresenta composição paritária, sendo 2 (dois) indicados pela Patrocinadora e os demais eleitos. A Diretoria Executiva, órgão de administração geral da EFPC SERPROS, é composta por 3 (três) membros, sendo que pelo menos 2 (dois) participantes devem ser ou receber benefício da EFPC SERPROS.

## 27.2 Transações com a União

No Serpro, conforme política específica, as transações com partes relacionadas abrangem as operações com a União e com as demais empresas estatais.

### 27.2.1 – Operações de venda

O Serpro mantém contratos de prestação de serviços com entidades do Setor Público Federal, cujo faturamento até o 2º Trimestre de 2024 somou R\$ 1.637,3 milhões. A relação dos 10 maiores, que representam 92,7% do total, está apresentada a seguir, com destaque para a Secretaria da Receita Federal e para o Ministério de Gestão, Inovação e Serviços Públicos.

	Receita Bruta 2º Tri 2024	Valores em aberto (30/06)	Medidas Compensatórias 2º Tri	Medidas Compensatórias [até 2º Tri]
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	829.441	544.616	8.285	15.605
MINISTERIO GESTAO INOVACAO SERV PUBLICOS	293.760	191.683	9.347	18.059
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL	94.932	28.796	-	-
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	91.877	4.497	30.216	58.722
MF PROCURADORIA GERAL FAZENDA NACIONAL	81.653	50.189	-	-
ME DIRETORIA DE ADM. LOG.	38.237	63.071	-	-
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLIC	27.550	11.445	-	-
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	26.268	769	-	-
DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST D	18.376	6.627	-	-
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E	15.332	1.483	-	-
Demais Clientes	119.884	54.803	-	-
<b>Total</b>	<b>1.637.310</b>	<b>957.979</b>	<b>47.848</b>	<b>92.386</b>

As Medidas Compensatórias decorrem da exploração de serviços pelo Serpro, por meio da utilização da base de dados de propriedade dos clientes. Contabilmente estão registradas como custo dos serviços prestados.

Quanto aos valores em aberto, apresentados no quadro anterior, estes estão distribuídos conforme a seguir, separados pela idade dos créditos a receber:

Descrição	2º Tri 2024	%
Créditos a receber de clientes a vencer	326.334	34%
Vencidos até 30 dias	187.935	20%
Vencidos de 31 a 60 dias	139.628	15%
Vencidos de 61 a 90 dias	131.397	14%
Vencidos de 91 a 180 dias	11.789	1%
Vencidos de 181 a 365 dias	11.601	1%
Vencidos mais de 365 dias	149.295	16%
<b>Total</b>	<b>957.979</b>	<b>100%</b>

Quanto aos créditos vencidos, cabe salientar que o Serpro possui área de cobrança com a finalidade de recuperar os valores em atraso. Uma das iniciativas é a realização de tratativas junto à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF, na estrutura da Advocacia-Geral da União, a fim de avançar nas negociações com os clientes. Atualmente constam R\$ 69,0 milhões em discussão na CCAF, enquanto o importe de R\$ 33,5 milhões está em fase de preparação da documentação para posterior envio àquela Câmara. Em ambas as situações, cuja soma é de R\$ 102,5 milhões, os títulos estão vencidos há mais de 365 dias.

### 27.2.2 – Operações Financeiras: Aplicações e Depósitos Judiciais

O Serpro mantém no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF), duas instituições financeiras vinculadas à Administração Federal, o excedente de caixa (Nota 4) e os depósitos judiciais efetuados a pedido da justiça (Nota 10), cujos saldos consolidados constam nos quadros a seguir.

	Banco do Brasil (30/06)	Caixa Econômica Federal (30/06)
Saldo de Aplicações	699.639	829.884
Saldo de Depósitos Judiciais	193.164	236.090

Os saldos de aplicações, no encerramento do 2º Trimestre de 2024, somaram R\$1,5 bilhão, com rendimento bruto de R\$37,5 milhões no Banco do Brasil e R\$ 36,3 milhões na CEF. A aplicação dos saldos de caixa em fundos de investimentos extramercado administrados pela CEF ou BB se dá em conformidade com o Art. 3º do Decreto-Lei 1.290/1973, regulamentado por meio da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

Os depósitos judiciais efetuados pelo Serpro, por determinação da justiça, são mantidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, cujo valor total é de R\$ 429,3 milhões, sendo R\$ 193,2 milhões no Banco do Brasil (45%) e R\$ 236,1 na Caixa Econômica Federal (55%).

### 27.2.3 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas

O Serpro emite Notas de Ressarcimento (NR) para reaver gastos com a folha de pagamento de empregados que se encontram cedidos a órgãos da Administração Pública. Até o 2T24 foram emitidos R\$ 133,1 milhões em NRs, cujos 10 órgãos em maior volume financeiro (96,4% do total) encontram-se elencados a seguir:

	Ressarcimentos até 2º Tri 2024
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	84.951
MINISTÉRIO DA FAZENDA	13.055
ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO	9.281
PRESIDENCIA DA REPÚBLICA	8.569
MIN GESTÃO INOVAÇÃO SERV PÚBLICO	4.191
MIN DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA	3.515
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA	2.893
MIN PÚBLICO DA UNIÃO	796
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INF.	573
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	546
Demais Clientes	4.746
<b>Total</b>	<b>133.116</b>

### 27.2.4 – Imunidade Tributária

A empresa mantém R\$ 757,5 milhões registrados no passivo, referentes aos benefícios da imunidade tributária sobre os tributos ISS e PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre a receita bruta. Como a aplicação da imunidade incidiu sobre os clientes públicos e como é mantido no passivo o saldo dos clientes com maior representatividade (nota 23.1), o saldo total passivo se refere a partes relacionadas. Cumpre ressaltar que a Administração pretende realizar os valores por negociação específica com cada cliente, levando em consideração, sobretudo, os valores a receber junto a cada órgão, por meio de encontro de contas, haja vista os valores em aberto (nota 27.2.1).



## 28. Outras notas explicativas

Nos termos do que define a Resolução CGPAR/ME nº 30 de agosto de 2022, o SERPRO apresenta em suas notas explicativas, para fins de transparência, as informações que se seguem.

### 28.1 Remunerações

Os valores pagos no 2º trimestre de 2024 a título de remuneração de empregados, diretores e conselheiros de administração e fiscal, assim como comitês, constam nos detalhamentos a seguir.

#### 28.1.1 Valores pagos

Remuneração	2º Trimestre
Empregados	334.424
Diretores	709
Conselho de Administração	65
Conselho Fiscal	39
Comitê de Auditoria	49
<b>Valores pagos</b>	<b>335.286</b>

#### 28.1.2 Remuneração média dos diretores, incluindo o Diretor-Presidente

A remuneração média dos diretores do SERPRO, no 2º trimestre, incluindo gratificações e benefícios, foi de R\$ 46.963,36. O valor computa, além das rubricas salariais, os valores com benefícios (alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e previdência complementar), e não considera gratificação natalina ou de férias. A maior remuneração foi de R\$ 50.625,81 e a menor foi de R\$ 46.325,69, também considerando vantagens e benefícios, e excluindo os impactos da gratificação natalina e de férias. O honorário fixo, sem gratificações e benefícios, é de R\$ 44.722,08 para o Diretor Presidente e de R\$ 39.355,44 para os demais diretores. Para o cálculo da média, os períodos trabalhados parcialmente foram considerados na sua proporcionalidade.

#### 28.1.3 Remuneração dos conselheiros fiscais, de administração e dos membros do Comitê de Auditoria

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração da média mensal dos membros da Diretoria Executiva, no total de R\$ 4.346,56/mês para cada Conselheiro. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria são no valor de R\$ 5.443,90/mês para cada membro.

#### 28.1.4 Remuneração dos empregados

As remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, varia de R\$ 2.130,97 a R\$ 56.099,89. A média salarial para esses cargos é de R\$ 13.795,31. Esta amplitude na maior remuneração refere-se à incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 7.382,55 e R\$ 45.677,67 e a média de R\$ 22.498,06.

## 28.2 Empregados

Descrição	Jun/2024
Número de empregados	7501
Quadro Interno	6000
Quadro Externo	1501

## 28.3 Benefícios

Descrição	2º Tri/2024
Auxílio Alimentação	20.408
Auxílio Creche	392
Auxílio Filhos Especiais	1.286
Previdência Complementar	25.188
Auxílio Transporte	124
<b>Soma Global</b>	<b>47.398</b>

## 29. Condições específicas do Serpro

Dadas as características especiais do SERPRO, sobretudo: (i) sua constituição por capital 100% público, tendo por acionista unicamente a União desde a sua criação (Lei nº 4.516 de 1º de dezembro de 1964), (ii) sua vocação prevista no Estatuto Social para atendimento às demandas tecnológicas, nos campos de sua atuação, de órgãos públicos, especialmente os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, e (iii) a construção de soluções digitais capazes de aproximar o cidadão do Estado, observável nos diversos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, percebe-se que a Empresa desenvolve atividades essenciais ao funcionamento do Estado, diferenciando-se, portanto, de outras organizações.

### 29.1 Contratações pelo poder público

O SERPRO possui dispositivos legais que contribuem para sua participação na construção de soluções relativas ao seu âmbito de atuação, principalmente na esfera Federal. A Lei nº 5.615 de 13 de outubro de 1970 (revogou a Lei nº 4.516/1964, que criou o SERPRO) e suas alterações estabelecem que:

Art. 2º É dispensada a licitação para a contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO pela União, por intermédio dos respectivos órgãos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a prestação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos, relacionados com as atividades de sua especialização.

(...)

§ 4º O disposto neste artigo não constitui óbice a que todos os órgãos e entidades da administração pública venham a contratar serviços com o Serpro, mediante prévia licitação ou contratação direta que observe as normas gerais de licitações e contratos.

(...)

Art. 2º-B. É o Serpro autorizado a aplicar a disponibilidade de sua capacidade técnica e operacional na execução de serviços que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades, desde que garantida a

disponibilidade de recursos necessários aos órgãos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º Os serviços prestados pelo SERPRO serão remunerados e objeto de convênio ou ajuste, independentemente de licitação.

Parágrafo único. Os convênios e ajustes firmados com o SERPRO não estão sujeitos a qualquer registro.

## 29.2 Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Cível Originária nº 2.658, assegurou ao Serpro o direito à imunidade tributária prevista no art. 150, IV, a, da Constituição Federal, concluindo que a Empresa Pública preenche os requisitos necessários para gozar dos benefícios, não só com relação aos impostos federais, situação já prevista na citada lei federal, mas também com relação aos impostos estaduais (objeto da referida ACO). O expediente é aplicável somente sobre o patrimônio, os bens e os serviços utilizados na prestação de serviços públicos, devendo o SERPRO tributar regularmente as atividades destinadas às empresas de direito privado.

A imunidade tributária aplicada ao Serpro gera um diferencial em relação às empresas do setor privado, que não gozam da característica.